



Olhares possíveis: memórias e identidades do bairro Cota 400¹

Paula VENÂNCIO²

Caio Henrique CAPRIOLI³

Lívia Souza GONZALEZ⁴

Luciane Scarambone BRANDÃO⁵

Mayara TABONE⁶

Mônica Pegurer CAPRINO⁷

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Paulo, SP

RESUMO

O livro reportagem “Olhares Possíveis – memórias e identidades do bairro Cota 400” é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso Jornalismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). O produto final se baseia, em sua essência, nas narrativas de histórias de vida dos moradores do bairro Cota 400 – localizado entre os quilômetros 47 e 48 da rodovia Anchieta – SP e que está prestes a ser extinto por ocupar uma área do Parque Estadual da Serra do Mar. O objetivo do livro é levantar a questão do quanto uma comunidade, que por motivos históricos e econômicos se formou em áreas atualmente decretadas como impróprias, sofre o impacto de perda de sua identidade ao ser classificada socialmente como um problema que precisa ser remanejado; além de possuir uma história que se confunde com a criação da rodovia e que vive há mais de 60 anos em situação de vulnerabilidade.

Palavras chave: histórias de vida; memória; identidade; rodovia Anchieta; bairro Cota 400

INTRODUÇÃO

O bairro Cota 400 - nome dado por causa da altitude em relação ao nível do mar -, está localizado entre os quilômetros 47 e 48 da rodovia Anchieta, no meio dos mais de 315 mil hectares que abrangem o Parque Estadual da Serra do Mar, em 23 municípios, entre eles Cubatão, SP. É remanescente de um acampamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e começou a se formar na década de 1930 para

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo submetido ao XVII Prêmio Expocom 2010, na Categoria de Jornalismo, modalidade livro reportagem (avulso).

² Aluna líder do grupo e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, em 2009, email: paula.venancio@gmail.com

³ Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, em 2009, email: caiocaprioli@gmail.com

⁴ Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, em 2009, email: liviakarioca@gmail.com

⁵ Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, em 2009, email: lu.scarambone@gmail.com

⁶ Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, em 2009, email: mayaratabone@gmail.com

⁷ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, email: mcaprino@uol.com.br



abrigar os funcionários da obra que culminou na inauguração da via. A maioria dos migrantes que vieram a São Paulo para ajudar na construção da rodovia ficou, inicialmente, instalada ali.

Ao final das obras, em 1953, muitos funcionários permaneceram no local do acampamento, mesmo após a retirada da infraestrutura fornecida pelo DER, para realizar a manutenção da via e participar da construção de outras rodovias ao longo do sistema litorâneo. Além do Cota 400, na região da Serra do Mar existem também os bairros-cota 95/100, 200 (hoje o mais populoso) e 500.

Com o intuito de preservar a Mata Atlântica, foi criado, em 30 de agosto de 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM); aproximadamente 40 anos após o surgimento dos acampamentos. De acordo com a legislação, uma vez criado o Parque, o poder público teria cinco anos para elaborar o plano de manejo das comunidades locais, mas os anos se passaram e as famílias não foram deslocadas para áreas urbanizadas no município.

A cidade de Cubatão é sempre lembrada em relação ao seu perfil industrial e seu histórico de desastres ambientais que lhe renderam o rótulo de “vale da morte” nos anos 1980, anunciado pelo jornal The New York Times. Na época, o município foi taxado como um dos municípios mais poluídos do mundo, já que sua proximidade com a serra fazia com que a poluição gerada pelas fábricas não se espalhasse e criasse sobre a cidade uma camada de agentes e gases poluidores.

No artigo “Espaços de Vulnerabilidade Socioambiental para a População da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas”, Andrea Ferraz Young e Wilson Fusco apontam que o município de Cubatão passou por um forte processo de industrialização provocado pela instalação de uma Refinaria de Petróleo na região, indústrias petroquímicas e siderúrgicas:

A diversificação da economia regional foi determinada nos anos 50 com o início da implantação do parque industrial de Cubatão, a ampliação da infraestrutura de transportes e, conseqüentemente, a convergência de migrantes. A construção civil e a intensificação das atividades industriais passaram também a atraí-los, incluindo a população rural que não mais encontrava condições de trabalho no campo. (2006, p.3)

O processo foi positivo para a população que já vivia em Cubatão por causa da valorização de suas casas e terras, do aparecimento de melhores empregos e por conta do aumento da demanda dos setores de serviços e comércio. Mas, por outro lado, atraiu muitas pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho, o que resultou em uma superpopulação, poluição e desastres ambientais. As relações de desigualdades sociais



foram acentuadas, ocorrendo um movimento de marginalização e aumento de moradias irregulares, que não foram contidas pelo poder público:

A falta de interesse pela implementação de políticas voltadas para a questão da habitação popular na maioria dos municípios da região propiciou a deflagração de uma situação de déficit habitacional. A maioria dos territórios ocupados pelas classes de baixa renda culminou em ocupações subnormais, colocando a maior parte dessa população em situação de risco (pela possibilidade de desmoronamentos, enchentes, contaminação por poluentes, entre outros). (FUSCO e YOUNG, 2006, p.2)

Sendo assim, Cubatão registrou elevação no número de habitantes em condições precárias e sem perspectiva de melhoria de vida, que começaram a recorrer às áreas mais afastadas da cidade e às encostas da Serra do Mar. Essa aglomeração desordenada submeteu a população a situações de riscos ambientais e de saúde, e também alterou a situação econômica, social e demográfica do local:

Observa-se que no município de Cubatão cerca de 80% das ocupações subnormais apresentam um volume populacional significativo, que também ultrapassa 1.000 habitantes. Grande parte do total dessas ocupações encontra-se situada nas encostas dos morros, áreas do Parque Estadual da Serra do Mar e nas margens de rodovias. (FUSCO e YOUNG, 2006, p.7)

Questões de preservação ambiental e garantia ao direito à moradia foram assuntos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Planeta, em 1992, em que muitos países assumiram o compromisso de gerar projetos para a promoção do desenvolvimento sustentável, com planos a médio e longo prazo. Com o lema “pense globalmente, aja localmente”, foi recomendado que os municípios também criassem Agendas locais, levando em consideração aspectos sociais, econômicos e ambientais. Uma das ações do projeto de Cubatão contempla os bairros-cota. Há um constante esforço para que a imagem de município se transforme com a implantação de diversas ações de política habitacional. Acordos nas diversas esferas (federal, estadual e municipal) procuram sanar esta lacuna histórica. Ao Estado coube a intervenção com a construção de habitações sociais e, ao município, a adequação à Lei Federal 10.257 de 2001 do Estatuto das Cidades, criando um Plano Diretor, que propõe uma série de ações para sanar os problemas sociais, como a regularização do uso da propriedade urbana, a promoção do bem estar dos cidadãos e preocupação com o meio ambiente.

A fim de resolver os impasses ambientais e de moradia irregular, o Governo do Estado de São Paulo e o município de Cubatão firmaram uma parceria para a



implementação de ações do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, lançado pelo governador José Serra no início da sua gestão, em 2007. O bairro Cota 400, que se caracteriza por abrigar um “conjunto de famílias”, é formada por aproximadamente 640 pessoas, divididas em 275 casas de alvenaria, casas de madeira e casebres de maderite e materiais alternativos no sopé do morro, de acordo com um levantamento realizado em 2007 pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). É considerada uma comunidade que está em área de preservação ambiental, pertencente à Mata Atlântica e em função disso, será remanejada para conjuntos habitacionais em Cubatão, implantados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

Os moradores do Cota 400, que ajudam a compor o quadro de cerca de cinco mil famílias residentes no terreno do PESM, em núcleos a serem erradicados, serão reassentados em outras áreas do município. Os bairros que abrigarão essas comunidades precisarão de uma série de obras para comportar a quantidade de novas famílias. Projetos dessa magnitude devem levar em conta uma série de fatores e serem articulados em diversas esferas para que seja minimizado o impacto sobre os grupos deslocados e sobre o espaço para o qual serão remanejados. De um lado, o poder público e, de outro, comunidades que se sentem ameaçadas e se veem diante do impasse da quebra de um laço social e territorial adquirido durante décadas como consequência da garantia à moradia digna.

Diante de um tema de relevância e que não possui espaço na grande mídia para discussões em que a comunidade seja evidenciada como agente determinante da história, foi elaborado o livro reportagem “Olhares possíveis – memórias e identidades do bairro Cota 400”, partindo de narrativas orais de história de vida dos moradores do bairro a fim de valorizar suas memórias e corroborar a composição de suas múltiplas identidades.

2 OBJETIVO

Como objetivo principal, o trabalho não tem a intenção de qualificar nem tampouco opinar sobre a decisão da retirada desses moradores de seu espaço, mas sim, levantar a questão do quanto uma comunidade, que por motivos históricos e econômicos se formou em áreas atualmente decretadas como impróprias, sofre o impacto de perda de sua identidade ao ser classificada socialmente como um problema que precisa ser remanejado. Além disso, possui uma história que não deve ser ignorada, que se confunde com a criação



da rodovia e que vive a mais de 60 anos em situação de vulnerabilidade e não possui esclarecimentos dos órgãos públicos com relação ao seu futuro.

Como objetivos específicos a pesquisa que resultou no livro reportagem se propôs a:

- Coletar a história de vida de homens e mulheres que vivem no bairro Cota 400;
- Evidenciar as múltiplas identidades formuladas pela comunidade local por meio de relatos orais de história de vida;
- Identificar os dilemas da comunidade relacionados às políticas sociais e ambientais;
- Caracterizar os moradores como sujeitos da ação sócio-histórica.

3 JUSTIFICATIVA

O histórico brasileiro evidencia uma série de problemáticas habitacionais, sociais e ambientais. O surto de desenvolvimento pronunciado por Getulio Vargas durante o Estado Novo gerou aglomerações populacionais e um crescimento desordenado das cidades. Nabil Bonduki nos aponta que o surgimento das moradias irregulares foi fruto da crise habitacional desencadeada da década de 1940 que

provocara, em todo o país, o surgimento de novas formas de alojamento, de modo a reduzir ou até eliminar o custo da moradia no orçamento familiar. Assim, na conjuntura de mobilização e descontentamento popular no pós-guerra, começaram a ocorrer ocupações, organizadas ou espontâneas, de terrenos ociosos, promovidas por despejados que não tinham para onde ir ou buscavam deixar de pagar aluguel. (2008, 263)

Comunidades formadas em áreas irregulares costumam cair no campo da invisibilidade social ou são lembradas e figuram nas páginas de jornal diante do estigma de invasores; tornam-se um problema a ser erradicado. A divulgação de planos de manejo de grupos localizados em áreas de preservação ambiental, normalmente, evidencia a importância da recuperação da área afetada, mas não, necessariamente, leva em consideração a história da comunidade envolvida. Mesmo para aqueles que transitam por regiões onde se avistam moradias irregulares, poucas vezes, se leva em consideração o processo que culminou na formação dessas comunidades. A própria história do desenvolvimento e planejamento habitacional brasileiro já nos coloca diante de embates entre direitos fundamentais e grupos a serem remanejados sofrem com a possibilidade de desenraizamento, pois “para muitos o bairro, a cidade ou a região tornam-se localidades



centrais para se pensar um novo sentido de espaço, de pertencimento e de lugar no mundo” (CAPRINO; PERAZZO, 2008).

Nesse sentido, trazer à tona as narrativas dos moradores envolvidos no processo de manejo permitiu que tais pessoas que nem sempre têm acesso aos meios de comunicação pudessem falar de sua história, ganhando espaço, saindo da invisibilidade e se reconhecendo como seres sociais ativos e como formadores do processo histórico brasileiro, pois como afirma Ecléa Bosi, professora de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP) “a história que se apóia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (2003, p. 15).

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Foram feitas pesquisas de campo em acervos históricos, como no Serviço de Memória e Acervo da Secretaria de Educação e Cultura de São Bernardo do Campo, leituras e discussões de teses acadêmicas, leis e documentos oficiais, material encontrado em sites, periódicos, bibliotecas e acervos. Também foram realizados encontros com profissionais que se relacionaram com a comunidade.

Logo na introdução do livro “Por trás da entrevista”, Carla Mühlhaus já dispara a seguinte afirmação: “Não há jornalismo sem entrevista. A afirmação pode parecer radical numa primeira leitura e até mesmo na segunda, mas o fato é que na raiz da reportagem está, inegavelmente, a milenar arte de fazer perguntas” (2007, p. 15). A entrevista exige um olhar treinado, apto a perceber o entorno, a trabalhar no campo da sensibilidade e da troca com o entrevistado. É por meio dela que o jornalismo adentra os caminhos da subjetividade. Valorizar o silêncio, o espaço, bater um papo, caminhar para perguntas mais complexas. Não há necessariamente um manual. Não há somente uma estrutura fechada que se resume em levar questões anotadas no papel e dispará-las como balas de metralhadora. É preciso *felling*. É como andar de bicicleta, segundo José Castello. Precisa de recursos técnicos, mas pressupõe disponibilidade do jornalista para que possa compartilhar histórias. Mas, posto isso, como realizar uma boa entrevista? Ainda mais para um livro reportagem que tem como objetivo central trabalhar com as identidades de uma comunidade. Como trazer à tona suas histórias? Como obter a confiança dos moradores para conseguir falar de assuntos polêmicos, sem conhecer a fundo a rotina do bairro e de seus moradores?

Os autores encontraram um caminho nas Ciências Sociais, se aproximando da metodologia de história oral, com a qual tiveram um primeiro contato por meio das pesquisas realizadas pelo *Memórias do ABC – Núcleo de Pesquisas e Laboratório de Produções Midiáticas*, da USCS, coordenado pela Profa. Dra. Priscila Ferreira Perazzo.

Além de ser uma metodologia muito utilizada por historiadores, antropólogos e sociólogos em suas pesquisas, alguns jornalistas e estudantes da área de Comunicação já começam a vislumbrar neste método um caminho que conduz ao olhar sensível e a aproximação com o entrevistado.

Se o jornalismo impresso ainda detém a importante função de guardião da memória local, torna-se pertinente pensar em entrevistas e histórias que valorizem ainda mais a questão da fonte oral como formadora do processo histórico. Trabalhar com memória é mais do que pensar em fatos passados, pois pressupõe o encontro com uma narrativa seletiva daquilo que o entrevistado guarda em sua memória e constitui-se de elementos fundamentais para a formação da identidade individual e coletiva. E assim chega-se à segunda afirmativa que determina a escolha metodológica: “A memória oral, longe da unilateralidade para qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da História nem pretende tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades”. (BOSI, 2003, p. 15)

A entrevista ou depoimento teve, em média, duração de uma hora. Não pode ser realizada por telefone, ou emails. Exigiu e exige o encontro. Também pressupõe o registro em áudio e/ou vídeo e normalmente segue um roteiro em ordem cronológica para servir de apoio para entrevistado e entrevistador. A idéia é que, gradativamente, o entrevistador aproxime o depoente de sua história, acessando a ‘caixinha’ de memórias. A condução em ordem cronológica facilita no encadeamento dos fatos e permite que o entrevistado reviva sua trajetória. Vale ressaltar que a memória como constituinte de fonte histórica não trará a mesma objetividade de documentos oficiais e, por isso, há quem defenda que narrativas orais não possam ser utilizadas sem que se construa uma leitura interligada com documentos oficiais, já que a memória nos traz imagens subjetivas e está carregada de valores e crenças de cada entrevistado. É justamente nesse aspecto, que se encerra sua face positiva e negativa. Se por um lado faltará a precisão com datas e pormenores, haverá uma riqueza de narrativas, já que a seleção imposta pela memória de cada entrevistado trará múltiplas visões de mundo. Existirão silêncios, existirão estereótipos. Mas haverá a riqueza



de uma história ressignificada já que o entrevistado falará do passado, mas com a avaliação de sua identidade constituída no presente.

Outro fator que corresponde a projetos de história oral é o retorno do produto à comunidade. Os moradores, mais do que meros entrevistados, tornaram-se colaboradores, permitindo o encontro e compartilhando suas trajetórias. Para tornar possível essa devolutiva, todas as entrevistas foram gravadas em DVD e entregues à comunidade. Além disso, cada família que concedeu entrevista recebeu uma cópia do livro. Uma constante reclamação que os autores ouviram nos primeiros encontros foi de que todos que haviam procurado a comunidade para gravar entrevistas anteriormente, nunca tinham voltado para mostrar o produto final. Os moradores sentem-se mais uma vez ignorados por desconhecer o que é feito com suas entrevistas.

A memória e as narrativas orais de história de vida permitem, ao jornalista que saiba conduzir a entrevista, um contexto histórico infinito, trabalhando com todos os tempos: como forma de reconstrução do passado, a partir do olhar presente e que determinará a ação futura.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A escolha da realização de um livro reportagem partiu da premissa elaborada por Edvaldo Pereira Lima em que nos diz que

o livro reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários da televisão e até mesmo pela internet, quando usada jornalisticamente nos mesmos moldes das normas vigentes na prática impressa convencional (2004, p.4).

“Olhares Possíveis – memórias e identidades do bairro Cota 400” é um livro no tamanho A5 (14,80 X 21,00), composto por 200 páginas. O miolo da obra é feito com papel *color plus* marfim, com gramatura de 80g e a capa, com couché de 250g. O produto tem 41 fotos, 35 tiradas pelos autores e seis de acervos pessoais e oficiais. Além disso, o livro conta com 23 ilustrações feitas pela autora Paula Venâncio.

A escolha do título surgiu após a conclusão de que era necessário deixar evidente não só o tema, mas também a metodologia utilizada, reforçando a importância das histórias de vida dos moradores e a força da ligação de suas memórias com a via Anchieta.



Em relação à linguagem, pode-se dizer que são utilizadas as técnicas do jornalismo literário, que incluem recursos como a descrição, a narração e a apresentação dos diálogos por meio dos travessões. Na transcrição das falas, foram mantidas as expressões com características regionais utilizadas pelos moradores do bairro Cota 400.

O livro é construído em forma de crônicas sobre a vida das pessoas e cada capítulo pode ser lido separadamente, já que, no final, todos se unem e completam, passando o total entendimento da obra.

O livro foi estruturado em 23 capítulos, somados de um prefácio escrito pelo jornalista Ricardo Kotscho, uma apresentação, álbum de fotos, posfácio elaborado a partir de entrevista realizada com a urbanista Raquel Rolnik, lista de entrevistados e bibliografia.

A capa do livro é uma criação de Paula Venâncio, que fez uma ilustração a partir de uma foto tirada por ela no bairro Cota 400. Após a imagem, criamos no Photoshop algumas opções de desenho para o título, lombada e contra capa. Por fim, ficou decidido usar uma fonte livre, com traços finos e sem serifa, que seguiria a identidade criada pela ilustração de Paula. A cada começo de capítulo decidiu-se, também, ilustrar com um desenho feito por Paula Venâncio. Os desenhos são relacionados ao tema que será discutido e exposto no texto.

6 CONSIDERAÇÕES

Nas entranhas do cotidiano, na lembrança, nas falas e nos silêncios, despontam nossas identidades, nossas crenças, nossas certezas e nossos anseios. Tememos o julgamento, a exclusão. Queremos estar entre iguais, permanecer em nossa zona de conforto. Toda mudança requer negociação e essa mesma negociação precisa dar conta das relações que estabelecemos com o espaço. Construimos nossas histórias, fincamos nossas raízes, nos reconhecemos a partir da relação com o outro e com o local em que habitamos. Diante de tantos olhares possíveis, de tantos encontros e desencontros, acordos e conflitos, há de se encontrar um novo caminho. É preciso criar o espaço de diálogo. E se “comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: reconheçam seu direito a viver e a pensar diferente, e reconheçam a si mesmos nessa diferença” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.70-71) é preciso abrir espaço para as narrativas de homens e mulheres comuns uma vez que “não há agir sem visibilidade, porque não há ação sem o



outro. Assim, a ação, que implica a presença do outro e da sociedade, vem acompanhada do discurso da fala que comunica esse agir ao outro” (ROSSETTI, 2008, p.73).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAPRINO, Mônica Pegurer; PERAZZO, Priscila Ferreira. **Possibilidades da comunicação e inovação em uma dimensão regional**. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e Inovação*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 111-126.

FUSCO, Wilson e YOUNG, Andrea Ferraz. **Espaços de Vulnerabilidade Socioambiental para a População da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambú-MG. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero, 2006. Disponível em <<http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/>>

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4 ed. Barueri,SP: Manole, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídias mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 57-86.

MÜHLHAUS, Carla. **Por trás da entrevista**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ROSSETTI, Regina. **Visões teóricas acerca das confluências entre comunicação, sociedade e inovação**. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (org.). *Comunicação e Inovação*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 63-82.